

INCLUSÃO DE ELEMENTOS DO RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA) NOS DADOS BIBLIOGRÁFICOS E DE AUTORIDADE NA REDE DE BIBLIOTECAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE/RS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Flavia Helena da Silva Monte¹

Liziane Ungaretti Minuzzo²

A Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre (PMPA) informatizou suas bibliotecas em 2007 através da aquisição do software Pergamum seguindo as regras do AACR2 e o padrão de metadados MARC21. Em 2016, o RDA entrou na pauta de discussão, e a Rede optou por implementar elementos do RDA que fossem mais fáceis de dialogar com o MARC21, e que não representassem aporte financeiro imediato. De 2016 até os dias atuais, foram adotados elementos do RDA, tanto na descrição bibliográfica como nos dados de autoridade. O trabalho a seguir relata esta trajetória.

1 INTRODUÇÃO

Os primórdios da Biblioteconomia remontam à Antiguidade, quando a Biblioteca de Alexandria se propôs a reunir a maior quantidade de manuscritos da época, que mais que depositária da produção intelectual da época, era um polo de difusão cultural. Ao longo dos anos outras bibliotecas tiveram significativa importância na preservação da história e da cultura mundial, com destaque para as bibliotecas dos mosteiros, que já estabeleciam regimentos para armazenamento e guarda dos materiais. Com a invenção dos tipos móveis de Gutenberg no século XV, a produção bibliográfica teve um salto, e ficou mais urgente uma formalização para organização do conhecimento, representada pelas bibliografias, a maioria dividida por áreas do conhecimento. As bibliografias evoluíram para catálogos de bibliotecas exigindo normas para organização da informação e auxílio do usuário.

A partir do desenvolvimento dos catálogos nasceu a catalogação, que representa o controle da descrição bibliográfica. No século XIX vimos a elaboração dos primeiros códigos de catalogação: as 91 regras de Panizzi e o “*Rules for a dictionary catalog*” de Cutter, que serviu de base para o “*Cataloging rules: author and titles entries*”, publicado em 1908 pela American Library Association (ALA). Este último embasou o AACR - *Anglo American Cataloguing Rules*. A segunda edição do AACR, de 1978, ocorreu no embalo do desenvolvimento tecnológico trazido a partir de 1964 com o *Machine Readable Cataloging* – MARC.

¹ Bibliotecária da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa da Prefeitura de Porto Alegre. Email flavia.monte@portoalegre.rs.gov.br.

² Bibliotecária da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre. Email lizianem@portoalegre.rs.gov.br.

Considerando esse breve fio histórico da catalogação, é possível perceber que ela acompanhou o momento histórico e o desenvolvimento tecnológico da humanidade, mas apesar do salto que área da informática vem tendo desde o século passado, o padrão da descrição bibliográfica estava atrelado ao AACR, que foi pensado para um formato analógico. Quando as instituições envolvidas na manutenção do padrão iniciaram a discussão para uma terceira edição do código, ficou evidente que seriam necessárias tantas mudanças que não faria mais sentido manter o nome. Surge então *Resource Description and Access* – RDA, que pensa a catalogação para o formato digital, com tarefas centradas no usuário.

Nesse contexto, as bibliotecas têm buscado se adequar aos novos regramentos da catalogação, só que essa mudança demanda tempo e apropriação de novos conceitos e procedimentos. Velhas práticas arraigadas precisam dar lugar ao novo olhar sobre disseminação da informação.

A Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre está no caminho dessa adequação, e o presente artigo relata a forma como o RDA tem sido introduzido nas atividades dos profissionais que compõem a Rede, desafios e perspectivas.

2 REDE DE BIBLIOTECAS DA PMPA

A Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre (PMPA) é atualmente constituída por 15 (quinze) bibliotecas, localizadas nas diferentes secretarias da PMPA, com um total de 21 (vinte e um) bibliotecários. Todas essas bibliotecas utilizam um mesmo banco de dados denominado sistema Pergamum, software proprietário de gerenciamento de bibliotecas. Este sistema consolida em um único catálogo bibliográfico com padrão de descrição em AACR2 e MARC21 todos os acervos das bibliotecas que pertencem à Rede, sejam elas públicas, escolares ou especializadas.

A preocupação com a informatização das bibliotecas da PMPA vem desde o ano de 2001, por meio de estudos desenvolvidos pelas bibliotecárias do Hospital de Pronto Socorro (HPS) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e da Secretaria Municipal da Cultura (SMC).

O software proprietário Pergamum foi desenvolvido e é comercializado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR, Brasil). Em 2007 foi adquirido pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre – PROCEMPA, empresa pública municipal que presta serviços de TI ao Poder Executivo e legislativo do Município de Porto Alegre. Seu contrato é mantido até o momento pela Procempa, o que

minimiza a disparidade estrutural e orçamentária entre órgãos do Poder Executivo, uma vez que possibilita a adesão de diversas secretarias municipais que contam com bibliotecários e bibliotecas a esta base única. A partir de sua aquisição, a Procempa solicitou que os bibliotecários formassem um Grupo de trabalho (GT Pergamum) para estudar e gerir o software, sobretudo sua “parametrização”.

Em 2007 foi criado o Grupo de Trabalho de Implantação do Sistema Pergamum, através da Portaria nº 263, de 07/12/2007, constituído por bibliotecários e analistas de sistemas da Procempa, que eram responsáveis por discutir melhorias, estabelecer e manter políticas, acompanhar as atualizações do software e avaliar seu desempenho. A implantação dessas novas tecnologias ampliaria a disseminação seletiva da informação (DSI), ferramenta indispensável para tomada de decisões na gestão da cidade. Ao longo dos anos, foram eleitos bibliotecários com a função de coordenadores do GT Pergamum.

O link para o acesso público ao catálogo online da Rede de Bibliotecas da PMPA é: <<http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca>>.

Como evolução do Grupo de Trabalho, que tinha caráter provisório, em 2016 foi então criada a Comissão Permanente de Catalogação Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre - CPCRB, oficializada pelo Decreto n. 19.466/2016. Sua finalidade é a cooperação dos serviços técnicos e o compartilhamento de recursos de informação. Dentre os objetivos da CPCRB destacam-se a padronização das políticas de catalogação descritiva da Rede de Bibliotecas da PMPA e o desenvolvimento de metodologias e padrões comuns que possam ser compartilhados com instituições nacionais e internacionais, que utilizam o padrão MARC, RDA, FRDR ou outro padrão internacional para o controle bibliográfico nacional.

A Comissão tem um coordenador, que tem a finalidade de comunicar erros e demandar atualização do sistema junto à Procempa, fazer a parametrização, orientar novos usuários bibliotecários, criar tipologias de usuários e de empréstimo, tipos de obras/coleções (Biblioteca Documentação, Jurídica, Museu), criar bibliotecas, entre outras funções de gestão.

A Comissão tem encontros mensais, para tratar de padronização e eleger decisões que impactem o sistema Pergamum, por votação da maioria dos presentes.

3 DOS PRINCÍPIOS DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO UNIVERSAL AO RDA

A preocupação em guardar e organizar as fontes do conhecimento humano vem de longa data. Desde a Antiguidade já existiam bibliotecas que atuavam como guardiãs do legado informacional, que e que procuraram fornecer acesso às informações disponíveis na época. A

primeira referência a respeito da catalogação ou da relação de obras de uma coleção é atribuída à Biblioteca de Assurbanípal, na Assíria (entre 668-626 a.C.); a Biblioteca de Alexandria (260-240 a.C.), a mais famosa dos primórdios da humanidade, onde Calímaco realizou a primeira iniciativa para a organização de um catálogo (Holanda & Lourenço, 2021).

No período entre os séculos XIII e XIV os mosteiros ingleses realizavam atividade catalográfica, onde se pretendia fazer um catálogo de seus acervos e já surgiu ideia de símbolos para facilitar a localização, considerando que a produção bibliográfica era ínfima, pois as obras eram apenas manuscritos. A grande mudança ocorreu em meados do século XV, quando o inventor alemão Johannes Gutenberg criou os tipos móveis e deu o surgimento da imprensa, o que possibilitou o aumento da produção bibliográfica, e, conseqüentemente, dos acervos de bibliotecas e livrarias. Esse novo cenário evidenciou a necessidade de uma organização mais cuidadosa das coleções, e os catálogos tornaram-se peças importantes para consultas e localização (Fusco, 2010).

Apesar do papel de facilitador, os catálogos ainda se limitavam a uma função patrimonial, uma vez que representavam inventários de registros de acervos específicos. Somente no século XVII os catálogos passaram a incorporar novos elementos como índices por autor e por assunto, além de maior preocupação com a descrição de conteúdo e de formatos, o que resultou em uma nova função: a de localização, que representava um meio de recuperação da informação (Cruz, 2022).

Até o século XVII a produção bibliográfica era composta basicamente por livros. Com o desenvolvimento das áreas científicas surgem os periódicos, e na sequência os relatórios técnicos, trabalhos em eventos e mais uma série de publicações que fizeram que o volume de material bibliográfico nas bibliotecas tivesse um aumento considerável (Campello; Magalhães, 1997).

O século XVIII marca então o crescimento dos acervos das bibliotecas e a necessidade de sistematizar a organização dessas coleções para apoio do desenvolvimento científico. Assim, o século XIX foi considerado a época do início da Biblioteconomia, com avanços em relação às regras de catalogação (Cruz, 2022).

A evolução da catalogação teve a contribuição de algumas personalidades, que pavimentaram o caminho até chegarmos hoje no RDA.

Anthony Panizzi (1797-1879), em 1839, publicou suas 91 regras para catalogação do *British Museum*, considerado o primeiro código de catalogação, ao qual influenciou o surgimento de códigos posteriores. Inspirado em Panizzi, Charles C. Jewett (1816-1868), em 1850, teve seu código aceito para o catálogo da *Smithsonian Institution*. Em 1876, Charles

Ami Cutter (1837-1903), publicou “*Rules for a Dictionary Catalogue*”, um novo marco na história da catalogação, representando não apenas um código, mas uma declaração de princípios, que teve sua última edição em 1904, e serviu de inspiração para o Código da ALA, em 1908. Seymour Lubetzky (1898-2003), que revisou os vários códigos de sua época e sugeriu mudanças, simplificando os objetivos de Cutter, que tiveram impacto na Conferência de Paris (Cruz, 2022; Valadares, 2018).

Até então as iniciativas de controle bibliográfico universal (CBU) acabavam se limitando a bibliografias nacionais ou em áreas especializadas. Em 1895 o Instituto Internacional de Bibliografia, situado em Bruxelas, nos esforços de idealizados por Paul Otlet e Henri La Fontaine, tentou compilar toda a produção bibliográfica mundial em fichas, que indicavam também a localização das obras, mas os custos do projeto o tornaram inviável (Campello & Magalhães, 1997).

Marcando a evolução do CBU, em 1961, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO, realizou a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em Paris, resultando na “Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação”, considerada a primeira contribuição de nível internacional na área da catalogação. Essa iniciativa representou o desejo da comunidade internacional de bibliotecas de ampliar a comunicação e cooperação do trabalho em catalogação, e os eventos e ações que se sucederam tiveram como objetivo a troca de informações bibliográficas e foco no usuário (Cunha, 2021).

Em 1967 foi publicada a primeira edição do AACR, que mantinha diferenças entre as normas britânicas e norte-americanas. Cabe destacar códigos anteriores ao AACR que influenciaram em seu formato: em 1899 as Instruções Prussianas, revisadas em 1908; também em 1908 o Código da ALA, com segunda edição em 1941 e revisão em 1949; no ano de 1922 Código da Vaticana, elaborado para a reorganização da Biblioteca Apostólica do Vaticano (Cruz, 2022).

O AACR foi amplamente difundido em vários países, e contribuiu para a simplificação do trabalho de catalogação ao proporcionar a padronização dos registros bibliográficos. Na esteira da evolução da computação, houve necessidade de armazenamento e leitura dos dados por computador, e de possibilitar o intercâmbio desses registros entre bibliotecas, surgindo então o formato MARC em 1960, desenvolvido pela Library of Congress (LC) nos anos de 1960, de acordo com as regras do AACR (Valadares, 2018).

Nesse cenário, com base nos princípios de Paris, surgem então as normas *International Standard Bibliographic Description* – ISBD, o formato MARC e o AACR2.

Em 1977 UNESCO e *International Federation of Library Associations and Institutions* –IFLA, buscaram um projeto de estrutura formal para o CBU. Teve início o processo de valorização das Agências Bibliográficas Nacionais (ABN), geralmente representada pela biblioteca nacional de cada país. A partir da troca internacional de informações bibliográficas entre as ABN's chegou-se a publicação da ISBD, que num primeiro momento era separada por tipo de material, mas em 2011 foi lançada uma única edição consolidada³. A ISBD nasceu com o objetivo de padronizar a promoção do controle bibliográfico universal, prescrevendo a forma com que dados bibliográficos deveriam ser ordenados, com vistas a promover o compartilhamento de informação (Cunha, 2021).

As décadas seguintes foram marcadas por uma série de adaptações nos catálogos e nas regras de catalogação, tendo em vista os avanços tecnológicos, o aumento no número de documentos e do surgimento de novos suportes e formatos da informação. Esse conjunto de mudanças levou a atualização do AACR em 1978⁴, passando então a ser conhecido como AACR2 desde então (Teixeira, 2022).

O campo da descrição bibliográfica não parou de evoluir, paralelamente ao desenvolvimento tecnológico, e a década de 1990 trouxe novas contribuições da IFLA, que em 1998 identificou a necessidade de uma avaliação dos registros bibliográficos, com um importante passo para mudar totalmente a forma de se pensar a catalogação: a descrição dos modelos conceituais o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), FRBR (Fusco, 2010).

Incorporados de um esquema conceitual de banco de dados, o FRBR é baseado no relacionamento entre entidades para proporcionar maior flexibilidade na manipulação de dados bibliográficos, e assim oferece melhores informações aos usuários à medida que navegam. O desenvolvimento desse modelo é centrado nas tarefas do usuário e na recuperação da informação de forma integrada (Chandel & Prasad, 2013).

Passados quarenta anos, em 2001⁵, a IFLA publicou uma nova declaração de princípios. Esta nova declaração ampliou os Princípios de Paris e foi construída sobre o novo modelo de requisitos funcionais FRBR. Essa declaração estabelece que o catálogo deve ser um

³ A edição de 2011 da ISBD teve uma atualização publicada em 2021, disponível em <<https://repository.ifla.org/handle/123456789/1939>>.

⁴ O AACR2 sofreu atualizações nos anos de 1988, 1998 e 2002. A partir de 2004 iniciou-se estudo para uma nova versão do documento, mas a conclusão é que as mudanças seriam tão consideráveis que a decisão foi descontinuar o formato.

⁵ Uma nova versão da Declaração de Princípios de Catalogação Internacional foi publicada em 2009. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/110/1/icp_2009-pt.pdf>.

instrumento efetivo e eficiente que permita ao usuário encontrar as publicações, assim como identificar, selecionar, adquirir ou obter e navegar por elas (Silva, 2013).

Como evolução do modelo FRBR, a IFLA propôs o *Functional Requirements for Authority Data*, ou simplesmente Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade, FRAD, publicado em 2013 depois das revisões. O FRAD se utiliza do mesmo modelo entidade/relacionamento, com o objetivo de abarcar os dados de autoridade, acrescido de um conjunto de atributos que ajudam a identificar as entidades buscadas, bem como distinguir uma entidade de outra. No FRAD, as tarefas do usuário são encontrar, identificar, contextualizar e justificar (Cruz, 2022).

Os modelos FRBR propõem uma nova abordagem para a representação descritiva convencional, propiciando uma recuperação mais efetiva e intuitiva dos itens documentários, possibilitando o relacionamento entre os materiais ligados a busca do usuário, possibilitando trazê-los de uma só vez em uma única interface. No padrão tradicional do AACR2 e MARC essa inter-relação não é possível (Fusco, 2010).

É de fundamental importância compreender o percurso desde as normas empíricas de organização do conhecimento da Antiguidade até os requisitos dos modelos conceituais, que levaram ao cenário atual da catalogação: um padrão de descrição da informação baseado no RDA, desenvolvido para um ambiente computacional e centrado no usuário.

No contexto das tecnologias da informação, a demanda de novas normas de catalogação que fossem além do material impresso e que pudessem descrever os novos objetos digitais. As normas da RDA foram desenvolvidas para esse cenário digital, e para além das bibliotecas, o que possibilita aos profissionais de informação um instrumento desenhado para a catalogação no mundo digital (Cunha, 2011).

Desenvolvido a partir do AACR2, e para substituí-lo, o RDA não é precisamente um código, mas sim uma nova norma de catalogação baseada em um conjunto de instruções práticas, que é fundamentada em um conceito teórico que define a estrutura e o conteúdo desta nova padronização (Silva, 2013).

O RDA foi publicado em 2010⁶ como novo padrão de catalogação, e tem sido estudado ao redor do mundo através do RDA Toolkit, ferramenta online para acesso ao padrão. Passados todos esses anos desde o seu lançamento, estudos, treinamentos e testes da aplicação

⁶ Após o seu lançamento o padrão RDA passou por algumas revisões nos anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Este processo de revisão, como vinha sendo realizado, foi interrompido pelo início do Projeto 3R (Teixeira, 2022).

do RDA tem sido desenvolvidos em unidades de informação, buscando corrigir e aperfeiçoar o modelo (Machado & Zafalon, 2020).

Outra grande diferença do RDA em relação ao AACR2 está no seu objetivo central: enquanto o aspecto teórico do AACR2 está centrado no suporte, o RDA tem o foco no usuário (Oliver, 2011).

Considerando o alinhamento aos modelos FRBR, o RDA foi desenvolvido para simplificar as tarefas do usuário de encontrar, identificar, selecionar e obter os recursos que necessitam, a partir da consulta no catálogo da biblioteca ou da unidade de informação (Silva, 2013).

Além das tarefas do usuário, o RDA trabalha com entidades, atributos e relações, ao contrário do AACR2, que estava estruturado em capítulos por tipos de materiais. Ou seja, a proposta do RDA não é ser linear, mas permitir que se transite por qualquer tipo de recurso informacional, os existentes e os que virão a existir (Reis & Silva, 2018).

Importante destacar esse ponto. Como não está focado em tipos específicos de materiais, ele pode ser usado para descrever qualquer modalidade daquelas que possuímos hoje, e mesmo as futuras, porque o RDA prevê o fundamental para identificar um registro.

Outra característica do RDA é que ele foi desenvolvido para ser um padrão internacional, deixando de lado o direcionamento anglo-americano do código anterior, que possa ser utilizado não apenas em bibliotecas e seus tipos de materiais, mas qualquer ambiente de informação e seus mais variados tipos de itens (Oliver, 2011).

Com relação à estrutura, a ferramenta on-line do padrão RDA (*RDA Toolkit*), apresentava 10 seções inicialmente. O padrão possui 37 capítulos e apêndices de A até M (Teixeira, 2022).

Toda a estruturação do RDA está em alinhamento às tarefas do usuário, não apenas o final, mas o catalogador como usuário. Cada seção inicia com um capítulo geral que indica os objetivos e princípios funcionais para a referida seção, e esse direcionamento permeia toda a documentação. Existem orientações que são flexíveis, deixando ao catalogador a decisão de quais elementos usar, mas, em contrapartida, existem orientações que devem ser expressamente seguidas, como a lista de vocabulário utilizado em alguns campos da descrição (Oliver, 2011).

No RDA os aspectos descritivos dos recursos de informação trazem mudanças consideráveis em relação ao AACR2: deve-se descrever as informações conforme aparecem na obra (dispensa o uso de colchetes); omite a utilização de abreviaturas (antes eram abreviadas páginas, edição, ilustrações, relações de autoria, entre outros), portanto a descrição

deve ser por extenso. No caso da existência de mais de três autores, regras dos 3, todos podem ser mencionados, e não apenas o primeiro seguido da abreviatura latina et. al (a recomendação é de supressão de expressões latinas). Outra mudança considerável foi na antiga área da descrição do antigo AACR2: novos campos foram adicionadas ao formato MARC para descrever conteúdo, mídia e suporte, conteúdo do recurso, forma de acessá-los e para seu formato, que substitui o DGM (Designação Geral do Material). Além disso, estabeleceu uma série de indicações de relacionamentos para as autoridades presentes nos campos 1XX e 7XX (Martinez Arellano, 2021).

Considerando o registro de autoridades para pessoas, o RDA propõem 17 (dezessete) novos campos, treze deles são campos variáveis usados com alta frequência (a maioria dessas inclusões diz respeito aos campos 37X, atributos) (Cruz, 2022).

Essas são as principais mudanças práticas trazidas pelo RDA, e a forma como cada unidade de informação ou biblioteca irá incorporá-las (integralmente, em partes, progressivamente) vai depender de uma decisão da instituição. E de planejamento.

O processo de transição para o RDA envolve diversos fatores que dificultam a sua aplicação em muitas nações, que vão desde recursos financeiros ou tecnológicos, passando pela capacitação do pessoal envolvido. Não existe um plano perfeito, pois as bibliotecas são unidades de informação dinâmicas, com públicos, demandas e recursos diferentes, o que amplia as possibilidades de atividades além do planejado (Teixeira, 2022).

Toda mudança traz impactos, e com a implantação do RDA não seria diferente. É um processo de transição lento, que envolve inúmeros fatores técnicos, humanos e financeiros. Desta forma, vários podem ser os entraves no processo de implantação da RDA como diretriz para a catalogação nas bibliotecas e demais unidades de informação, mas nem por isso ele deve deixar de ser implementado (Groehs, Carraro & Pereira, 2021).

Existem diversas possibilidades na organização do planejamento de implantação do RDA, mas alguns requisitos precisam ser observados: estudo do RDA; análise dos modelos conceituais envolvidos (FRBR, FRAD); desenvolvimento e/ou participação em capacitações que apoiem o estudo e a utilização do RDA; tradução nacionalizada do RDA; aplicação do código em grupos de registros; elaboração de políticas; criação de materiais sobre a utilização do RDA; adaptação do código às necessidades do catálogo da instituição e de seus usuários; desenvolvimento de um plano de trabalho detalhado (Santos & Arakaki, 2022).

Vale destacar que cada instituição deve administrar a transição considerando suas peculiaridades, sempre levando em consideração a equipe que atuará tanto na capacitação quanto a equipe da biblioteca que efetivamente irá trabalhar no novo padrão.

4 IMPLEMENTAÇÃO DO RDA NA REDE DE BIBLIOTECAS DA PMPA

As primeiras instituições situadas no Rio Grande do Sul que tivemos conhecimento de adoção do RDA foram a Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que, de certa forma, serviram de inspiração para a Rede de Bibliotecas da PMPA.

A UCS iniciou seu processo pelo controle de autoridades em 2013, do Sul (UCS), a escolha desse módulo se justifica por ser responsável pelo desenvolvimento de registros bibliográficos, além de ser estrutura de referência cruzada para nomes e assuntos controlados. A experiência foi compartilhada e até hoje é uma referência para quem pretende iniciar a transição de AACR2 para RDA (Hubner, Teixeira & Correio, 2017).

No mesmo ano, 2013, a PUCRS iniciou o processo de migração com grupos de estudos dos bibliotecários catalogadores. As mudanças iniciaram com o emprego de novos campos e subcampos, de acordo com o RDA, além do estabelecimento de relações entre autoridades e obras, bem como a elaboração de registros de autoridades mais completos e informativos. Em 2016 o RDA foi oficialmente implantado pelo Setor de Tratamento da Informação, com o catálogo de autoridades, de registros bibliográficos e catálogo on-line (Selbach, Ferreira, Kern & Novak, 2020).

Esses dois casos se tornaram de conhecimento dos integrantes da CPCRB a partir da apresentação em eventos da área de Biblioteconomia, e surge então a necessidade de pensar na adequação da Rede de Bibliotecas da PMPA ao RDA.

Apesar da Comissão de Catalogação da Rede de Bibliotecas da PMPA ter se originado a partir da aquisição de um sistema informatizado de gestão de bibliotecas, o aprimoramento em representação descritiva deve ser constante. Portanto, a adequação ao RDA força sistemas como o Pergamum a se adaptarem, ou pelo menos deveriam se adequar na busca de uma interoperabilidade entre o MARC21 e o RDA, pois essa característica foi pensada pelos desenvolvedores do RDA. No entanto, não se percebe uma completa estruturação do software Pergamum ao modelo conceitual de Entidade-Relacionamento do RDA, mas apenas incorporação de campos MARC21 compatíveis ao novo padrão.

Em outubro de 2016, na reunião mensal do grupo, foram então aprovadas as primeiras alterações em consonância com o RDA. Ficou então decidido que não se utilizaria mais abreviaturas, textos por extenso nos campos 245 \$c, 250 \$a, \$b, 300 \$b e 7XX \$e, com exceção de centímetros, por se tratar de uma unidade de medida. No campo 245 \$c não utilizar mais a expressão latina “*et al*”, que deve ser substituída por “e outros”. Outras

expressões latinas substituídas: *s.l. (sine loco)* por ‘Lugar de publicação não identificado’; *s.n. (sine nomine)* por ‘Editor não identificado’. Ficou estabelecido que a regra de três autores não seria mais obrigatória, podendo listar todos os que aparecerem na obra no campo 245 \$c ou no campo 505 \$a.

A próxima alteração ocorreu em maio de 2017, quando foi criado um subgrupo de indexação, que dentre as funções previstas estava a tradução do Apêndice I do RDA. Considerando as possibilidades de relacionamento do referido material, optou-se por fazer o caminho contrário, gerando um relatório de tudo que já havia na base do Pergamum no campo 700, subcampos \$4 e \$e. A partir do levantamento das informações e síntese dos termos repetidos, foram elencados 38 (trinta e oito) termos de relacionamento autorizados, que constariam em lista para inserção nos registros bibliográficos, eliminando a possibilidade de escrita livre. A partir dessa data foi realizada uma revisão das orientações e foram então convertidas em Manual de Indexação e Catalogação, a ser seguido em toda a Rede de Bibliotecas.

Ainda em 2017, no mês de junho, foi padronizada a grafia do no campo 300, para seguir o RDA deve se utilizar “ilustrações” e “ilustrações (colorido)”, e não mais “ilustrado”. Foi gerada uma lista na qual constaram 12 (doze) termos para os tipos de ilustrações, devendo ser descrita no subcampo \$a pelo catalogador. Em relação aos registros de autoridades, definiu-se a sistematização das remissivas 5XX, simplificação da data de nascimento e morte, colocando apenas o ano sem as letras “n” e “m”, indicação do local de nascimento e morte quando conhecido, e a profissão.

Uma nova revisão do controle de autoridades só foi retomado em julho de 2023, com sugestão de adotar os campos 37X nas autoridades conforme previsto no RDA. Outra mudança foi rever apêndice I do RDA e incorporar mais designadores de relacionamento além daqueles definidos em 2017. Essas alterações foram propostas e aceitas na reunião de agosto, e estão em vigor desde então.

Uma diferença em relação ao AACR2 é que o RDA dá uma certa liberdade, pois prevê descrever conforme consta na manifestação. No entanto, considerando locais de publicação e nomes de editoras optamos por manter a padronização destes campos do MARC21. Essa decisão impacta a precisão na recuperação das informações, tanto pelo bibliotecário catalogador como do usuário final, pois garante que independentemente das variações nas formas como esses dados são disponibilizados nas publicações, eles serão recuperados.

O maior impacto para a Rede de Bibliotecas será adotar as mudanças na área da descrição física e do DGM, pois para isso novos campos seriam incorporados e exigiria um

trabalho maior de adaptação, sem contar que seria necessário adquirir o RDA junto aos desenvolvedores. Então, essa mudança seria necessária para que a Rede finalmente ingressasse no novo padrão de descrição, em sintonia a novo status mundial da área, oferecendo maiores facilidades aos usuários, mas ainda não está prevista, principalmente pelas dificuldades da língua⁷ e dos custos envolvidos.

Por fim, identificam-se as seguintes dificuldades na implementação do RDA na Rede de Bibliotecas da PMPA:

a) orçamento: não foi adquirida a assinatura do software RDA Toolkit. Nem todas secretarias tem interesse em criar e manter uma biblioteca digital;

b) recursos humanos: é de um passado recente o uso do AACR2 por todos os bibliotecários da Prefeitura, sobretudo o controle de autoridades; além disso, contamos com um quadro cada vez mais enxuto de bibliotecários; não há concursos para reposição do quadro;

c) cultura organizacional: infelizmente gestores públicos vem demonstrando cada vez menos interesse na organização da informação, e isso se manifesta em ações e omissões, tais como tentativas e fechamento de bibliotecas, extinção do cargo de bibliotecário, compreensão limitada das tecnologias de informação quando se aposta e Inteligência Artificial, mas não se faz um esforço em promover os pilares para organização e disponibilização de dados abertos públicos.

Apesar das dificuldades, nossa Rede busca fazer a interoperabilidade entre Marc21 e RDA, busca a atualização constante de suas políticas de catalogação. Afinal, a catalogação não se limita a um software, a um banco de dados. Ela deve se estruturar como uma política que possa ser implementada por diferentes sistemas, em um necessário diálogo entre o bibliotecário e o analista de TI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como área do conhecimento humano, a Biblioteconomia está em constante evolução e movimento, ainda mais por estar inserida na gestão da informação, que tem sido fortemente impactada pelo avanço tecnológico. A chegada do RDA é prova disso, pois foi pensado e desenvolvido para documentos digitais, e disponibilização de informações online.

⁷ Até o presente momento não existe tradução para a língua portuguesa para o RDA.

Quando uma instituição migra para o RDA é na intenção de melhoria dos processos e, conseqüentemente, dos resultados para os usuários internos e externos, que possam apoiar buscas e navegação melhores, bem como exibições aperfeiçoadas dos resultados das buscas.

A Rede de Bibliotecas da PMPA está caminhando nessa direção, pois já incorporou alguns dos elementos do RDA, o que irá facilitar o processo quando realizar a migração total.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, B.S. & MAGALHÃES, M. H.A. (1997). *Introdução ao controle bibliográfico*. Briquet de Lemos.

CHANDEL, A. S. & PRASAD, R.V. (2013). Journey of catalogue from Panizzi's principles to resource description and Access. *DESIDOC Journal of Library and Information Technology*, 33(4), 314-322. <https://bsf.org.br/wp-content/uploads/2017/05/CHANDEL-AND-PRASAD-JOURNEY-OF-CATALOG-FROM-PANIZZIS-PRINCIPLES.pdf>.

CORRÊA, R.M. (2008) . *Catálogo descritiva no século XXI: um estudo sobre o RDA*. [Dissertação de mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista]. https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf.

CRUZ, I.V.L. (2022). *O controle de autoridade e a contribuição da RDA: um estudo de caso nas bibliotecas da UFMG com enfoque nos registros de nome de pessoa*. [Dissertação de Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento, ao publicada, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/42315>.

CUNHA, B. A.C. *Nomes controlados e referências cruzadas: o controle de autoridade no VIAF*. [Monografia de Graduação em Biblioteconomia não publicada, Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação]. <https://bdm.unb.br/handle/10483/30053>.

CUNHA, M.B. (2011). RDA: Um novo paradigma na catalogação. *A biblioteca dos Bibliotecários*. https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=604.

FUSCO, E. (2010). *Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências]. <<http://hdl.handle.net/11449/103369>>.

GROEHS, A., CARRARO, J. & PEREIRA, A.M. (2021). A Implantação da RDA em bibliotecas universitárias e bibliotecas nacionais no cenário mundial. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 26(3),1-10.

HOLANDA, P. M. C., & LOURENÇO, C. de A. (2021). Narrativas sobre a RDA: impressões dos catalogadores da UFMG. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*, 14(3), 866–886. <https://doi.org/10.26512/rici.v14.n3.2021.38550>.

HUBNER, M. L. F., TEIXEIRA, M.V. & CORREIO, M.M. (2017). RDA in the authority control of the University of Caxias do Sul library system. *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*, 4(2), 49–6.
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3119>.

MACHADO, R.S. & ZAFALON, Z.R. (2020). Resource Description and Access (RDA): mapeamento sistemático de literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 16, 1-19. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1313>.

MARTINEZ ARELLANO, F.F. (2021, 1-12 novembro). Contextos de la aplicación de RDA en América Latina. [Apresentação de trabalho]. *Anais do II Encontro de RDA no Brasil*, FEBAB. <http://repositorio.febab.org.br/files/original/56/6234/2022-rda-en-america-latina.pdf>.

OLIVER, C. (2011). *Introdução à RDA: um guia básico*. Briquet de Lemos.

REIS, F. & SILVA, L.C. (2018, 15 a 20 de abril). Mapeamento do ensino do código de catalogação RDA nas graduações brasileiras de biblioteconomia: uma análise dos cursos das Universidades Federais. Anais Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias SNBU. *Repositório – FEBAB*. <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/5823>>.

SANTOS, A.S. & ARAKAKI, F.A. (2022). Aplicação do RDA em instituições latino-americanas: um panorama do processo de implementação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 18, 01-18.
<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1678>.

SELBACH, C.J., FERREIRA, A, KERN, L.C. & NOVAK, L.D. (2020). Catalogação com resource description and access (RDA): relato de experiência na biblioteca central irmão José otão (PUCRS). *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 25(3), 729-733.
<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1719>.

SILVA, O.A. (2013). *AACR2 e RDA: mudanças e estimativas para Biblioteca Nacional*. [Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia não publicado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação].
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103965>.

TEIXEIRA, H.D. (2022). *Resource Description and Access (RDA) : proposta de orientações para projetos de implementação em bibliotecas*. [Dissertação de Mestrado não publicado, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências].
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_f4d6159980b7448c1cd8c78ad949412d.

VALADARES, M.V.S. (2018). *Representação descritiva da informação: estudo comparativo entre os códigos AACR2 e RDA*. [Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia não publicado, Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação].
<https://bdm.unb.br/handle/10483/25476>.

FLAVIA HELENA DA SILVA MONTE (Bibliotecária)
LIZIANE UNGARETTI MINUZZO (Bibliotecária)

- Institución: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA)

- Dirección : RDA: estudio e implementación

- Email:

flahmonte@gmail.com

flavia.monte@portoalegre.rs.gov.br

beatlelizi@gmail.com

lizianem@portoalegre.rs.gov.br

- Número de celular

55 51 98184-8108

55 51 99966-9461

- Título del trabajo :

Inclusão de elementos do *Resource Description and Access* (RDA) nos dados bibliográficos e de autoridade na Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS : um relato de experiência

- Modalid: virtual